

O Tempo e o Espaço do Património em Museologia

Passado, Presente, Futuro, Património, Museologia, Memória...”O Tempo somos Nós”?

1 – O que se discute hoje

Assistimos atualmente a uma frenética discussão sobre os conceitos de “*espaço-tempo*” a propósito da «equivalência $ER=EPR$ » proposta recentemente por Juan Maldacena e Leonard Susskind. A «conexão EPR», um fenómeno hoje designado por «intricação», foi pela primeira vez descrito em 1935 por Einstein-Podolsky-Rosen (EPR). Esse inexplicável fenómeno de ligação entre quaisquer dois pedaços de matéria, por mais afastados que estejam (isto é, de não apenas manterem uma ligação permanente, mas serem uma e a mesma coisa apesar da distância e da separação física) pressupunha obrigatoriamente uma quinta dimensão, exatamente a dessa ligação entre eles, que foi designada por «ponto ER» («ponto Einstein-Rosen»). Nesta discussão contemporânea sobre o Espaço e o Tempo digladiam-se “buracos-negros (1916: o conceito; 1967: a formulação matemática; 1971: a evidência empírica), “túneis de espaço-tempo” (1935), “buracos negros quânticos” (S. Hawking, 1974), “muros de fogo” (J. Polchinski, 2012), e a convicção contemporânea de ter que haver forçosamente uma “conciliação entre a mecânica quântica e a relatividade geral” (Maldacena & Susskind, 2014).

Em 1985, em “*Parábolas e Catástrofes*”, René Thom propõe uma espécie de «máquina universal das formas» de onde poderiam sair todas as formas possíveis. Essas célebres sete equações constituiriam a base para uma geometria geral do Espaço, ou para uma matemática das singularidades topo-lógicas.

Mas o que interessam estas discussões sobre o Tempo e o Espaço à museologia e ao património?

A utilidade é a seguinte: – Se o Tempo afinal formos nós, como propõe Heidegger, então, talvez agora, consigamos formulá-lo de um modo que nos sirva, em termos práticos, para melhor gerir o Património (fazer exposições e museus, e colocar na memória a Relevância).

Mas, mesmo que não sirva para nada, aqui fica (ver ANEXO PDF) a partilha. Tal como propõem os estatutos da *Lista Museum*.

2 – O que já se sabe

O *Tempo* sempre foi um dos grandes adversários do Ser-Humano, particularmente da Museologia e do Património. O *Tempo* é uma onnipresença na prática patrimonial. É um problema que o trabalho quotidiano enfrenta todas as vezes que faz a prática.

O *Tempo* lá está.

O cuidado com o que exige é sempre uma questão prática por resolver em todos os actos de gestão museológica. Seja na escolha dos objetos/factos que são coetâneos ou contemporâneos; seja nos que pertencem à tradicional segmentação em «passado, presente, futuro»; seja nas escalas e regimes de tempo/espço a que pertencem os objetos/factos que se expõem; seja na arrumação categorial das coleções nas reservas; seja na hierarquia que as normas de inventários, de catalogação, e de indexação exigem nos *thesauri*.

Em todas as expografias, em todos os modos de gerir as infraestruturas patrimoniais, nas fases do processo de patrimonização, e em todos os locais e circunstâncias onde ocorra «património» (museus, bibliotecas, arquivos, monumentos, palácios, lugares de memória, sítios e circuitos, parques temáticos, reservas, bases-de-dados, hipocampo, e outros) é o *Tempo* que comanda e constrange. A própria finalidade e razão-de-ser do Património e da Museologia são, em parte, por causa do que ele provoca ou do que queremos evitar que ele provoque na nossa sobrevivência/adaptação em razão de um eventual mau uso para aquilo que nos é Relevante, ou de uma sua errada interpretação.

As palavras dos autores são belas, e desfilam como obras-de-arte no nosso espírito, mas não é por isso que evitam a condenação do Tempo à sua lógica. E quantas lógicas já foram imaginadas e concebidas para ele no decurso da história humana?

"(...) quanto ao presente, se fosse sempre **presente**, e não passasse para o **pretérito**, como poderíamos afirmar que ele existe, se a causa da sua existência é a mesma pela qual deixará de existir? " (Santo Agostinho ou Agostinho de Hipona, Cf. XI, 14, ano 398)

"(...) A Igreja cristã unifica os espíritos europeus na Idade Média. Impõe uma visão linear da história. Desde logo, impedindo que seja concebida como o era até aí, por «ciclos» (por exemplo, o tempo cíclico comandado pelas estações-do-ano no caso da sociedade chinesa), passando a ser concebida como um desenrolar do tempo para o qual a sociedade no seu conjunto se devia preparar, o que concedeu o pensamento novo de que havia possibilidade de influenciar o decurso dos acontecimentos" (Testot, 2008)

"Por que razão mudam as coisas? Será que a matéria particular tende a outras formas? Respondo que não se trata de mudança que procura um outro ser, mas [unicamente] uma outra maneira de ser. E é o que faz a diferença entre o universo e as coisas do universo; aquele constitui todo o ser e todas as maneiras de ser; quanto a estas, cada uma possui o seu ser, mas não todas as maneiras de ser. (...) O universo compreende todo o ser totalmente, porque fora e acima do ser infinito nada existe, pois o fora e o acima não existem; quanto às coisas individuais, cada uma compreende todo o ser, mas não totalmente, pois ao lado de cada uma delas há uma infinidade de outras. Assim, (...) tudo está em tudo, mas não está totalmente e segundo todos os modos em cada indivíduo. Da mesma maneira (...) cada coisa é o Uno, mas não segundo o mesmo modo." (Giordano Bruno, 1584).

"...o **Tempo** somos nós mesmos?" (sind wir selbst die Zeit?) (Martin Heidegger, 1924)

"Repitamos a questão do que o tempo é, temporalmente. O tempo é o «como». Se perseveramos na pergunta «que é o tempo?», não podemos permitir-nos dar uma resposta precipitada (o tempo é isto e aquilo), sempre presa a um «quê». Abstraímos da resposta e repitamos a pergunta. O que é que aconteceu à pergunta? Transformou-se noutra. A pergunta «o que é o tempo?» transformou-se na pergunta «quem é o tempo?» Mais precisamente: o **Tempo** somos nós mesmos?" (Martin Heidegger, 1924)

"O Tempo pode acabar? (...) As características que o tempo irá, progressivamente, perder são pré-requisitos para a nossa existência. Precisamos que o tempo seja unidirecional para nos desenvolvermos e evoluir; precisamos da noção de duração e de escala para sermos capazes de formar estruturas complexas; precisamos de um ordenamento causal para que os processos se possam desenrolar; precisamos da separação espacial para que os nossos corpos criem um pouco de ordem no mundo (...) apesar de tudo, não somos vítimas passivas da extinção do tempo; somos perpetradores. Enquanto vivemos, convertemos energia em calor e contribuimos para a degeneração do Universo." (Musser, 2010, p.73)

“(…) Não somos **quem somos** apenas porque pensamos, (...) cada palavra que dizemos, cada acção que levamos a cabo — na verdade, o nosso próprio sentido de nós mesmos e o nosso sentido de ligação com outros — deve-se à nossa memória, à capacidade de o nosso cérebro registar e armazenar as nossas experiências. A memória é a cola que aglutina a nossa vida mental, a base que sustenta a nossa história pessoal e que possibilita o crescimento e a mudança ao longo da vida”. (L. Squire & E. Kandel, 2002:5).

“A **memória** recolhe os inúmeros fenómenos da nossa existência num único todo... a nossa consciência quebrar-se-ia em tantos fragmentos quantos os segundos que havíamos vivido se não fosse a força unificadora e aglutinadora da memória” (Ewald Hering in L. Squire & E. Kandel, 2002:9).

3 – A que propósito vem o que já se sabe?

A Memória e o Património necessitarão assim tanto do *Tempo*?

Talvez possamos dar um passo adiante, e avançar para uma etapa diferente. Isto é, talvez consigamos adoptar uma concepção e um modo de lidar com o *Tempo* que sejam mais úteis ao trabalho prático – quer na Investigação, quer nas tarefas de gestão museal e patrimonial.

Talvez possamos, agora, assumir o *Tempo* como uma convenção possível de ser matematizada. E com isso obter uma ferramenta para o podermos lidar com mais objetividade e produtividade. Sobretudo, libertarmo-nos do antropocentrismo a que até agora estávamos condenados pelos teóricos, e pelo convencimento que eles nos provocavam, ou por causa dessa sua influência que deixávamos que tivessem em nós.

O *Tempo* poderá, agora, ser uma convenção, e permitir finalmente ser matematizável? Isto é, será possível avançarmos um passo adiante, e libertarmo-nos melhor das várias concepções e ideias que têm feito lei? Quer da concepção heideggereana de que estava condenado a ser aquilo que fôssemos (*sind wir selbst die Zeit*)? Quer da concepção wittgensteineana, de ser aquilo que conseguíssemos *dizer* dele (linguisticamente ou logico-dedutivamente)? Quer da direccionalidade entre *passado-presente-futuro* a que estava condenado na concepção agostineana e na tradição judaica-cristã? Quer de estar condenado a ser um refluxo permanente em direcção à *Unidade Última/Primeira*: seja no modo platónico de *reminiscência* e *reincarnação*; seja no modo cíclico de convergência no *Uno* com Giordano Bruno; seja no modo metadimensional do *eterno retorno* nietzscheano; seja no modo indecomponível da singularidade (*durée*) bergsoniana? Para não falar ainda de outros modos, tantos quantos a hermenêutica nos legou, e que encontramos nas interpretações dos textos sagrados, nas construções retóricas, e nas etnografias da transmissão oral.

Talvez a simultaneidade de todos estes regimes seja o que caracteriza o *Tempo contemporâneo*, mais que do que o “*presentismo*” (J. Fabian, 1996) ou a “*historicidade*” de Françoise Hartog (2003). Sendo em vão a tentativa de eleger um regime mais do que os outros para o caracterizar. Pois, em várias circunstâncias e contextos, qualquer uma dessas diferentes concepções está hoje disponível para ser escolhida e aplicada; vivendo todas em paralelo e em múltipla imbricação. No caso do Património, o *Tempo* e o *Espaço* podem ser diferentes e contraditórios no seio de um mesmo momento e conjuntura, não sendo automaticamente coerentes e fixos. Considere-se por exemplo as **diferenças de Tempo e Espaço** de um determinado tipo de **Património** (por exemplo, um monumento, um palácio, ou objetos compósitos constituídos por elementos e estilos acrescentados em diferentes épocas); ou as diferenças de Tempo e Espaço que contextualizam o **Museu** onde esse património está

encarcerado; e as do **Território** onde está esse museu; e as da **Comunidade** (populações; grupos étnicos) onde está esse território; e do **País** onde está essa comunidade; e as da **Região** geográfica, económica e geopolítica onde está esse País (por exemplo, Europa, Ásia, África, etc.). São escalas e níveis onde se mesclam vários regimes de *Tempo* e de *Espaço* não forçosamente típicos ou unificáveis por um conceito geral. No estudo do Património existem dentro da mesma “coetaneidade” *diferenças de Tempo e Espaço* que não se diluem no “presentismo”, e que interrogam de modo profundo a relação entre a «singularidade indecomponível do valor patrimonial» e as «categorias conceptuais gerais que se utilizam para o caracterizar». No caso do Património, por exemplo após 1945, há que ter esse cuidado, e não considerar os objetos/factos de um *Tempo* com a noção de *Tempo* de outra época. É esse erro que H.-P. Jeudi (2001) comete ao querer explicar o valor patrimonial das fábricas desativadas (desmercantilizadas) pelo regime de tempo da época em que estavam ativas, confundindo «objecto», «uso» e «valor patrimonial». Aliás um erro muito frequente nas análises sobre o Património, os Museus, e as Expografias. O valor patrimonial não está alojado na materialidade do objecto (as fábricas, neste caso de Jeudi), e portanto, na relação com a perda de valor comercial como Jeudi defende; nem é por Basin & Selim alargarem a escala da análise à globalização capitalista que evitam o mesmo erro de Jeudi.

A utilização do método comparativo permite evitar a subjetividade relativista característica das Humanidades, e aproximar-nos da validação mais científica das Ciências Sociais. Permitindo constatar que o Património não são os objetos/factos, em si mesmos, sem a relação que estabelecem com a Realidade e com as Pessoas que os escolhem para ser «património». De certa maneira até poderíamos afirmar que uma parte da qualidade patrimonial não está sedada neles, mas sim na relação que estabelecem com a cognição das Pessoas. O ‘valor patrimonial’ depende do ‘uso’, o qual por sua vez não depende totalmente da materialidade ou do estado do ‘objecto’. Tal como referiu Jean-Pierre Mohen em “Les Sciences du Patrimoine”, “(...) o objecto não possui realidade senão através do ser humano que o exprime e interpreta em função de uma Cultura, ou de modo mais preciso, através de um indivíduo concreto sem o qual a mensagem jamais existirá.” (J-P. Mohen, 1999, p.139).

No ‘*Tempo pós-1945*’ teremos que compreender como, através do Património, se passou a querer sujeitar a relação entre ‘passado-presente-futuro’, e a dele se servirem (as macro-estruturas como a ONU, a UNESCO, ou o ICOM) para inocular a ideologia do *Desenvolvimento*. Compreender como através do Património o conceito de *Tempo* deixa de ser o de Agostinho de Hipona e se desloca para a concepção proposta por Heidegger: “*A tese de que Ser é Tempo, de que o Tempo é o como do ser-aí humano, lançado a ser na quotidianidade da existência impessoal, mas descobrindo o seu ser em propriedade na antecipação pensante da própria morte*” (Heidegger, 2008[1924]). Mas também, para uma concepção ainda mais contemporânea, importada dos debates da Física, de um *tempo* possível de “*acabar*”, já separado do ser humano e da sua existência. No qual perde não apenas a ligação ao *espaço*, como também perde as propriedades com que estávamos habituados a concebê-lo, concretamente a ‘direccionalidade’, a ‘duração’, e a ‘causalidade’ (Musser, 2010).

Na maior parte das expografias o Património deixa de estar submetido a um processo social único, coercivo e linear, que obrigava os museus a procurarem sempre o “novo”, e a movimentarem-se sempre em direcção a uma “mais-valia permanente”. As exposições são cada vez mais uma bricolagem de objectos, pedaços de memória, juízos de valor, conceitos retirados de diferentes contextos, e diversos outros pedaços de evidência patrimonial com datas distintas. O *tempo* é experimentado na simultaneidade, em vez de o ser na sucessão. É assim que, através do recurso ao património, se pretende que o *tempo* seja ‘exposto’. Talvez, na presunção dessa re-significação e remomeração serem o antídoto contra a destruição da memória provocada pelo *progresso* e pela *busca permanente do novo e do diferente*, que constituía a insígnia do *Tempo Moderno* como W. Benjamin referiu.

Na atualidade teremos que compreender este contexto, de que o *Tempo* que desde o século XVIII se desejava futuro, como Françoise Hartog (2006) referiu, passa a desejar-se fruição aqui-e-agora (“*presentismo*”). Este modo de conceber e apresentar publicamente o «Tempo» é diferente do *Modernismo*. Em que se colocavam os objetos/factos patrimoniais

numa cronologia (nas exposições ou nas reservas), ou num «contexto original» (“*Habitat*” ou “*Period Room*”), para comunicarem o *valor patrimonial*. O regime do *Tempo* que estamos habituados a usar implica uma concepção *aberta* da existência, baseada na presunção de que o Mundo e a Vida caminham do *passado* para o *futuro* passando pelo *presente*. O que ocorre, provavelmente pela primeira vez, com a concepção judaico-cristã ao postular uma história que pressupõe um início (a Criação), um meio (a Revelação) e um fim (o regresso de Cristo à terra). E que mais tarde, na Idade Média, se torna o pensamento dominante no momento em que a Igreja Cristã consegue unificar as várias correntes eclesiásticas e instituir, no século XI, a Reforma Gregoriana:

“(…) A Igreja cristã unifica os espíritos europeus na Idade Média. Impõe uma visão linear da história. Desde logo, impedindo que seja concebida como o era até aí, por «ciclos» (por exemplo, o tempo cíclico comandado pelas estações-do-ano no caso da sociedade chinesa), passando a ser concebida como um desenrolar do tempo para o qual a sociedade no seu conjunto se devia preparar, o que concedeu o pensamento novo de que havia possibilidade de influenciar o decurso dos acontecimentos” (Testot, 2008, p.14)

A interpretação do património pela museologia tem que possuir consciência de que estes três modos de conceber o *tempo* (cíclico ou retornável; progressivo ou linear; desenvolvimentista ou simultâneo) correspondem a três *contextos* diferentes. Pertencem a três visões-do-mundo. E que é dentro de cada uma delas que os «objectos» são postos a funcionar, e lhes é outorgada a qualidade de ‘património’. Re-significar ou remover o património que pertencia a um *tempo* diferente com o *tempo* de hoje não é comunicar o mesmo *valor patrimonial*, nem a mesma memória. A ilusão baseada em ser o mesmo objecto (aquilo que temos do passado nas vitrinas de hoje, ou *in situ* como as fábricas de Jeudi) e de ser a mesma materialidade (isto é, os objectos e colecções serem as mesmas) oculta o processo ideológico de ser alguma destas três visões-do-mundo que se apagam perante a visibilidade da que se acende.

A apologia do *Desenvolvimento* a que assistimos no pós-1945 influenciou o uso e a interpretação do património, e esse uso reforçou um determinado conceito de tempo. Esta dimensão política e ideológica será um dado inseparável do trabalho prático. Pois o *Desenvolvimento* implica uma tripla relação, simultaneamente com o passado, com o presente e com o futuro. O *Desenvolvimento* pretende um futuro não-neutro. Um futuro, ou um *depois*, em que possa ter ocorrido uma *transformação* relativamente ao presente e ao passado. Ora sobre o futuro, e sobre o que o *Desenvolvimento* será nele, sabemos pouco. Talvez haja aqui uma manipulação ideológica do *tempo* e do *espaço* que usa politicamente o património para perpetuar o que diz querer mudar – uma operação que Régis Debray (1981) já alertara em “a função de uma ilusão”.

4 – Conclusão

Todas estas escalas e modalidades do Tempo são hoje possíveis de inventariar e usar. Talvez seja isso a insígnia do «regime contemporâneo da historicidade»: – Uma multi-historicidade.

Se assim for, e para tornar esta discussão produtiva, isto é, para possibilitar aplicar estes avanços na compreensão do tempo e do espaço ao trabalho prático e à responsabilidade pela gestão museológica e patrimonial, permitam que formule a seguinte pergunta: – Poderemos construir uma ferramenta que nos ajude a discernir e a gerir os regimes de historicidade e as escalas de espaço-tempo a que pertencem os objetos e as colecções dos acervos que se guardam e se expõe? Sempre com o objetivo de conseguirmos comunicar melhor esse património, e fazer perceber aos destinatários/visitantes/públicos a sua inserção espaço-temporal livre das ideologias de quem é emissor das expografias. Será possível passar a definir o Espaço e o Tempo como uma convenção? Concretamente, quando estamos a investigar o significado, o valor, o uso, e a dimensão objetiva do património (objetos, acervos, colecções), poderemos definir o tempo/espaço a que pertencem através da seguinte pergunta sistemática: – «Existe, em termos

matemáticos, para um tempo/espço quantificado (R), e para um objeto/facto particular (N), uma qualquer *diferença* (X) entre [O1, O2, O3], ou [U1, U2, U3], ou [V1, V2, V3]?

REGIMES E ESCALAS DE TEMPO/ESPÇO: Existe, em termos matemáticos, para um tempo/espço quantificado (R), e para um objeto/facto particular (N), uma qualquer <i>diferença</i> (X) entre [O1, O2, O3], ou [U1, U2, U3], ou [V1, V2, V3]?	Objeto/Facto	Uso	Valor/ Significado
Passado Antes Anterioridade	O1	U1	V1
Presente Agora Contemporaneidade/Coetaneidade	O2	U2	V2
Futuro Depois Posterioridade	O3	U3	V3

OBJETO/FACTOS que são PATRIMÓNIO	USO	VALOR
PATRIMÓNIO: objetos/factos concretos tal como existiam no <i>Passado</i> .	USO dado no <i>Passado</i> .	VALOR que tinham no <i>Passado</i> .
PATRIMÓNIO: objetos/factos concretos que existem no <i>Presente</i> .	USO dado no <i>Presente</i> .	VALOR que têm no <i>Presente</i> .
PATRIMÓNIO: objetos/factos concretos que se consideram para o <i>Projeto</i> que se propõe para o <i>Futuro</i> .	USO que se quer dar no <i>Futuro</i> com o <i>Projeto</i> que se propõe.	VALOR que se deseja que venham a ter no <i>Futuro</i> com o <i>Projeto</i> que se propõe.

Estas grelhas-de-análise serão úteis para analisar e estudar a historicidade dos processos e mudanças que ocorrem ao Património a nível do valor (significado), do uso (expografia), e do objeto (material e imaterial)? E do lado do receptor (visitantes, público, destinatários), ajudá-los-à a analisar melhor a importância do Património?

Mesmo que não sirvam para nada, fica aqui a partilha. Tal como propõem os estatutos da *Lista Museum*.

Pedro Manuel-Cardoso